

Manejo florestal comunitário na Amazônia brasileira: considerações sobre participação e valorização de saberes de grupos locais na implementação de três projetos pilotos

■ Manuel Amaral Neto

Resumo

A atividade madeireira tem sido praticada ao longo de várias décadas na Amazônia por empresários oriundos da região Sudeste do país. As principais características dessa atividade são os impactos causados no ambiente e o fato de atuarem à margem da legislação florestal. O interesse pelos recursos florestais faz com que os madeireiros tenham contato estreito com populações que vivem em áreas de florestas, muitas das vezes oferecendo infra-estruturas básicas como estradas, etc. No entanto, essas relações comerciais de venda ou troca de recursos florestais são marcadas por condições bastante desfavoráveis aos grupos locais. Esses fatores têm levado a que algumas comunidades se organizem e busquem alternativas de usos mais sustentáveis de seus re-

Abstract

The lumber business has been practiced in the Amazonian area over decades by contractors from the South-Western region of the country. The main features of this activity are the impacts caused on the environment and the fact that the lumber mills act alongside of the forest law. The interest for forest resources makes the lumber dealers have close contact with the local population that lives in the forest areas, many times offering basic infrastructure like roads, etc. However, these commercial ties of selling or exchanging forest resources are marked by very disadvantageous conditions for the local groups. These factors have led some communities to become more organized and exploit alternatives of more sustainable uses of their forest resources. One exam-

cursos florestais. Um exemplo dessa tendência tem sido o surgimento de vários projetos pilotos de manejo florestal comunitário, implementados na maioria dos estados amazônicos. Esse processo tem acontecido graças a uma parceria inédita entre organizações não-governamentais e moradores de comunidades que têm forçado o governo a criar, pela primeira vez, mecanismos para que colonos, seringueiros, ribeirinhos e grupos indígenas possam manejar, coletivamente, seus recursos florestais. As condições em que essas iniciativas possam ser bem sucedidas ainda são desconhecidas. Repetindo análise de processo similar em outros países da América Latina, a literatura acumulada sobre a implementação dos projetos pilotos de manejo florestal comunitário na Amazônia tem privilegiado enfoque em aspectos técnicos, ecológicos e financeiros. No entanto, a operacionalização dos planos de manejo tem revelado alguns desafios, eminentemente sociais, a serem superados, colocando em risco a sustentabilidade dos projetos. Alguns desses aspectos foram abordados neste artigo, tais como a valorização de saberes locais e formas de participação dos grupos locais na definição de modelos técnicos e implementação de projetos de manejo florestal comunitário

of this tendency are the implementation of various pilot projects of communal forest management, set up in most Amazonian states. This process is happening because there has been established a novel partnership between Non-Governmental Organizations (NGOs) and communities which for the first time forced the government to create mechanisms that allow the farmers, rubber-gatherers, riverside dwellers and indigenous groups to manage their forest resources collectively. The necessary conditions for these initiatives prove a success are still unknown. Based on the analysis of similar processes in other Latin American countries and the accumulated literature about the implementation of pilot projects of forest management in the Amazonian area, we notice how they focus on technical, ecological and financial aspects. However, the introduction of management plans has revealed some challenges, mainly social ones, that must be overcome, because otherwise they will put the sustainability of the projects in jeopardy. Some of those aspects were approached in this article, such as the, the valorization of the local knowledges and the ways of participation of local groups in the definition of technical models and the implemen-

estudados três projetos pilotos de manejo florestal praticados por grupos locais, com diferentes tipos de usuários da floresta (colonos e seringueiros), localizados em Marabá (PA), Costa Marques (RO) e Acrelândia (AC). Verificou-se que os grupos distintos envolvidos nos projetos de manejo têm formas próprias e eficazes de manejar os recursos florestais para diversos fins. Porém, esses saberes não têm sido potencializados para definição dos modelos técnicos de manejo, sendo essa decisão centralizada pelos técnicos que assessoram os projetos. Nesse sentido, a participação dos grupos locais tem sido mobilizada tão somente para operacionalizar os planos de manejo florestal.

O trabalho mostra também que a implementação desses projetos também pode proporcionar melhor planejamento de uso do solo ao nível local, além de possibilitarem alternativas econômicas para os grupos locais envolvidos. Para isso, são necessárias relações mais democráticas entre os atores envolvidos, garantindo a participação dos grupos locais no processo decisório do projeto. Isso poderia influenciar-lhes para proposição de políticas públicas que reconhecessem sua diversidade cultural e assegurassem o tempo necessário para consolidação do processo de manejo florestal comunitário. cla-

gement projects in the Amazonian region. Thus we studied three pilot projects of forest management with different types of forest users (farmers and rubber-gatherers) in Marabá (Pará), Acrelândia (Acre) and Costa Marques (Rondonia). We observed that the distinct groups which were involved with each management project had established different relations with the forest. Although they had proper and efficient ways of managing the forest resources, these knowledges have not been empowered for the choice of the technical models of forest management. The decision-making process has been centralized by technicians who assist the projects. In this sense, the participation of local groups has only been mobilized to implement the management plans. The work also shows that the implementation of these projects can provide better planning of the use of the soil at local level, and, furthermore, may present economic alternatives for the involved local groups. This requires more democratic relationships between all actors, granting the participation of the local groups in the decision-making process of the project. That could lead to the proposal of public policies which recognize their cultural diversity and give them enough time for the consolidation of the process of communal forest manage-

reando a relação necessária para se estabelecer tempo para o projeto e tempo para as comunidades manejarem seus recursos florestais. Esse processo poderia conduzir ao estabelecimento de leis que fossem verdadeiramente respeitadas por todos e os grupos locais se tornarem fortes aliados do governo a usos mais sustentáveis dos recursos naturais.

ment, clarifying the relationship, establishing the time needed for developing the project and the time needed for the implementation of the management of the forest resources by the communities. This attitude could led to public policies that would get more respect and have local groups as strong allies of the government in the more sustainable uses of natural resources.

INTRODUÇÃO

A atividade madeireira tem sido praticada ao longo de várias décadas na Amazônia por empresários oriundos da Região Sudeste do país (IMAZON, 1998). Atualmente, constitui-se um dos principais usos da terra na Amazônia Oriental, com 2.533 madeireiras que consumiram no biênio 1997-1998 27,8 milhões de metros cúbicos de madeira em tora (VERÍSSIMO *et al.*, 2001). No entanto, a atividade tem sido conduzida em bases insustentáveis, resultantes de modelos de operação florestal obsoletos e conduzido à margem da legislação. Como resultado, tem-se grande impacto ambiental, exercido de forma direta em função dos métodos predominantes de extração (ex.: perdas severas no dossel da mata), ou indiretamente pelo fato da atividade madeireira catalisar ocupação desordenada da região e, conseqüentemente, contribuir para o desmatamento regional.

Isso acontece em função do modelo predatório de utilização dos recursos florestais. Essas práticas, denominadas de “garimpagem florestal”, começam com a entrada dos madeireiros na floresta para remover as árvores de maior valor, explorando apenas uma ou duas árvores por hectare. Esse processo acontece sem qualquer planejamento na derruba das árvores, na abertura de estradas e no arraste das toras. O retorno a essas mesmas áreas, em intervalo de tempo curto, não permite que a floresta se restabeleça e proporciona uma paisagem devastada, deixando a floresta susceptível a incêndios florestais (IMAZON, 1998).

Em função disso, nos últimos anos, tem crescido na região o debate sobre manejo florestal, onde as instituições de pesquisa testam em campo técnicas de manejo que procuram minimizar impactos ambientais (ex.: danos ecológicos, incêndios florestais), sociais (ex.: migração), ao mesmo tempo proporcionando retornos econômicos.

Porém, essas pesquisas ainda estão concentradas em grandes áreas e em modelos industriais (MUCHAGATA & AMARAL NETO, 2001). Esses estudos têm ignorado a existência de populações com imensa diversidade cultural que têm experimentado sistemas duradouros de utilização dos recursos naturais.

Somente a partir da metade dos anos 90 é que tem se intensificado o debate sobre a participação das populações tradicionais ou pequenos proprietários no manejo sustentável de florestas em áreas protegidas,

Reserva (gal). Embora exista uma variedade de práticas e manejos locais ainda pouco explorados pela academia e políticas públicas, essas discussões têm acontecido no âmbito da implementação de alguns projetos de manejo florestal, ainda em caráter experimental, praticado por algumas populações (colonos, ribeirinhos, seringueiros e grupos indígenas), em diferentes estados amazônicos.

A implementação de projetos de manejo florestal comunitário na Amazônia

Atualmente existem dezoito projetos de manejo florestal comunitário (MFC)¹ na Amazônia. Estes projetos têm sido implementados no Brasil através de algumas iniciativas envolvendo ONG'S e grupos locais (ribeirinhos, colonos, índios, seringueiros). Apresentam uma grande diversidade de experiências considerando as diferenças em tipos de organização (por exemplo, sindicatos de trabalhadores e associações extrativistas); tipos de acesso aos recursos florestais (por exemplo, reservas extrativistas, lotes individuais de posseiros), produtos (madeireiros e não-madeireiros); tipos de floresta (terra-firme e várzea); cultura e tempo de atividade. A grande maioria dos projetos (44%) tem como ator principal comunidades de agricultores, seguidos de ribeirinhos/caboclos (21%), indígenas (21%) e extrativista (14%) (AMARAL & AMARAL NETO, 2001).

O número dessas experiências tem crescido rapidamente. Em 1993, havia cerca de sete projetos e atualmente ocupam uma área de mais de 1.500 000 hectares. Embora isso não signifique muita coisa em termos amazônicos, as condições para a promoção do manejo florestal comunitário são boas e despertam interesses de vários setores do governo, agências financiadoras, ONG's e comunidades.

Ao lado disso, alguns avanços relativos na legislação e outras políticas públicas, como o estabelecimento de linhas de crédito para manejo florestal comunitário junto ao Banco da Amazônia S/A, podem possibilitar o surgimento de vários outros projetos na região. Essas e outras medidas podem sinalizar para o apoio ao manejo florestal comunitário como a nova panacéia para implementar "práticas conser-

1 O manejo florestal comunitário É entendido neste artigo a partir da definição de De Camino (1999), que considera o MFC como o manejo florestal conduzido sob responsabilidade de uma comunidade local ou grupo social mas amplo que exerce direito e estabelece compromisso a

vacionistas”, assim como aconteceu quando incentivou a implantação de Sistemas Agroflorestais (SAF's).

No entanto, como se configurou na implementação de SAF's, a realidade da implementação dos projetos é bastante difícil, em termos de resultados concretos a curto-médio prazos para os grupos locais envolvidos. De uma maneira geral, os projetos de manejo florestal comunitário em implementação na Amazônia apresentam objetivos bem ambiciosos. Todos prevêem desde o manejo até o beneficiamento e comercialização da madeira, exigindo dos grupos locais habilidades em técnicas de extração, manuseio de equipamentos, conhecimentos sobre gerenciamento, entre outros.

Além disso, existem outros entraves encontrados pelas comunidades e ONG's ao iniciarem as atividades de manejo florestal. O estabelecimento de modelos técnicos de manejo em nível local - visando a produção de madeira para o mercado -, a adequação da legislação florestal ao manejo em vigor que contemple o manejo por comunidades, qualidade e quantidade do produto a oferecer no mercado, conflitos com atores locais poderosos, etc. constituem outros desafios para implementação e consolidação dos projetos.

A literatura acumulada sobre implementação desses projetos pilotos tem privilegiado análises dos aspectos técnicos e financeiros do manejo. Porém, alguns estudos (AMARAL & AMARAL NETO, 2001; MUCHAGATA & AMARAL NETO 2001; FREIRE *et al.*, 2000, PORRO *et al.*, 2000) têm revelado alguns desafios - eminentemente sociais - a serem superados por ONG'S e grupos locais no processo de implementação dos projetos tais como: (I) conciliar diferentes interesses dos atores envolvidos; (II) participação dos grupos locais nos projetos, na elaboração, planejamento e avaliação das atividades, considerando o saber local para definição dos modelos de manejo; (III) promover a gestão dos recursos naturais, considerando as especificidades locais e (IV) estabelecer mecanismos para gestão de conflitos na divisão de tarefas e benefícios, mas também na regulamentação das atividades, etc.

No entanto, as condições em que essas iniciativas possam se tornar sustentáveis, tanto do ponto de vista técnico quanto financeiro, mas, principalmente, em seus aspectos sociais ainda são desconhecidas. Algumas perguntas chave poderiam ajudar a tornar mais claros estes aspectos no processo de implementação dos projetos pilotos implementados na Amazônia brasileira, tais como: Como é feita a gestão dos recursos naturais pelas populações envolvidas nos projetos?

Como são definidos os modelos técnicos e organizacionais adotados pelo projeto de manejo como um todo? Qual o papel de técnicos e população local na implementação das atividades de manejo florestal? Como que os conhecimentos locais são valorizados e interagem com o conhecimento técnico-científico na definição dos modelos técnicos adotados pelos projetos? Como que as atividades de manejo se inserem no modo de vida das diferentes populações envolvidas na implementação dos projetos?

Este artigo reúne as principais considerações sobre a participação dos grupos locais² e possibilidades de valorização de saberes destes na implementação de projetos pilotos de manejo florestal comunitário na Amazônia brasileira. Pretende responder - resumidamente - algumas destas perguntas, tirando lições de três iniciativas em curso na região. Para isso buscou-se projetos que envolvessem populações diferentes para tratar de parte da diversidade cultural, institucional e ecológica dos grupos locais que habitam áreas de florestas na Amazônia.

O texto está dividido em quatro seções. Na primeira, são apresentadas as principais características das regiões e projetos estudados. Na segunda seção, é caracterizada a participação dos grupos locais envolvidos na implementação dos projetos. Na terceira, a percepção dos técnicos sobre os saberes dos grupos locais envolvidos na implementação dos projetos de manejo, bem como a identificação de práticas dos grupos locais que poderiam ser aproveitadas para definição dos modelos técnicos de manejo adotados pelos projetos. Finalmente, na última seção, são apresentadas as conclusões gerais e recomendações do estudo.

Área de Estudo

A pesquisa foi realizada em três estados da Amazônia brasileira: Pará, Acre e Rondônia. Nestes estados, a dinâmica da atividade madeireira apresenta-se diferenciada. O Pará tem a maior superfície, 1 248 042 km² e é o estado que concentra a maior produção de madeira da Amazônia, com 12 milhões m³/ano e, conseqüentemente, o que exerce maior pressão sobre a superfície florestal (66 % da de cobertura vegetal). O Acre é o

menor estado da região, com uma superfície de 153. 149,9 km². Porém, proporcionalmente, apresenta a maior cobertura vegetal, 78 % de superfície, e menor volume de madeira comercializado, com cerca de 300 mil m³/ano. Rondônia tem uma superfície de 237. 546,5 km² produz 4,8 milhões de m³/ano e possui 68 % de cobertura vegetal (Amaral, 2001).

Os projetos de manejo florestal comunitário iniciaram suas atividades a partir de situações pré-estabelecidas, tais como: forte pressão de outros atores (principalmente madeireiros e fazendeiros) sobre áreas de florestas das comunidades, conflitos fundiários, ausência de legislação florestal que contemplasse o manejo comunitário, infra-estrutura precária, etc. A implementação desses projetos representou, ente outros fatores, possibilidade de usos alternativos aos recursos florestais (melhorias locais através de casas e outras construções), bem como resolução de alguns problemas estruturais (como construção de pontes e ramais de acesso a estradas para facilitar saída de madeira).

Em função disso, os grupos locais envolvidos estabeleceram formas diferenciadas de se relacionar com os projetos, atendendo em maior ou menor grau suas expectativas iniciais. Esse aspecto pode ter sido influenciado pelo tipo de organização que possuem, forma como se relacionam com os recursos naturais, relações estabelecidas entre técnicos e grupos locais, impactos sociais, ambientais e econômicos provocados pelos projetos.

Foram estudados três iniciativas de manejo florestal comunitário: Manejo Florestal Comunitário e Valorização dos Recursos Madeireiros pela Agricultura Familiar em Marabá/Pará; Uso Múltiplo no Assentamento Extrativista de Porto Dias/Acre, Manejo Florestal Comunitário na Reserva Extrativista do Rio Cautário/Rondônia. A seleção destes projetos pilotos foi baseada em visitas anteriores realizadas nas áreas manejadas e contatos com lideranças comunitárias e instituições envolvidas na implementação dos projetos em workshops. Os critérios para escolha dos projetos foram baseados em (I) tempo de existência; (II) tipo de população envolvida (III) característica da situação fundiária onde os projetos estão sendo desenvolvidos.

Estes projetos estão entre os mais antigos da Amazônia e já completaram, ao menos, um ciclo das etapas operacionais previstas nos planos de manejo: inventário, planejamento, extração e comercialização. Outra característica importante é que é gerido por grupos locais distintos (colonos, seringueiros). Ao analisar as formas como

que essas populações geram seus recursos naturais, pode-se chegar às razões pelas quais estabelecem relações diferenciadas com a floresta e que tipo de implicação isso tem para implementação de projetos de manejo florestal no nível local.

Principais características dos projetos estudados

Projeto de Marabá – Estado do Pará

Implementado em três comunidades de colonos da Região de Marabá/PA, distante 500 km de Belém. O projeto iniciou suas atividades em 1993 através de uma ação-teste de comercialização de madeira. As instituições envolvidas na implementação das ações de manejo são o Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins - LASAT e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Marabá, Itupiranga e Jacundá. Assim como os demais projetos, recebe apoio financeiro do ProManejo, beneficiando, diretamente, quarenta e uma famílias de agricultores familiares.

Em cada comunidade, é destinado 10-20% da área de mata da reserva legal dos participantes do projeto e a exploração ocorre em lotes individuais dos agricultores. O plano prevê exploração de 20 ha/ano em cada comunidade, com intensidade de corte de 15 m³/ha e ciclo de 25 anos. Para isso, torna-se necessário maior disponibilidade de mata, através da inclusão de novos sócios, prevista nesta nova fase do projeto.

Projeto de Porto Dias – Estado do Acre

Localizado no Projeto de Assentamento Extrativista de Porto Dias (PAE Porto Dias), Município de Acrelândia a 120 km de Rio Branco, no Estado do Acre. O projeto possui uma área total de 3000 ha, envolvendo, atualmente, 8 famílias do PAE. As atividades do projeto foram iniciadas em 1995 e as entidades responsáveis por sua implementação são Centro de Trabalhadores da Amazônia - CTA e Associação de Moradores de Porto Dias. O objetivo do projeto é promover alternativa de renda aos seringueiros do Assentamento Extrativista de Porto Dias, através da implementação do projeto piloto de manejo florestal sustentável, beneficiando 1000 m³ de madeira/ano em 100 ha, com intensidade de exploração de 10 m³/ha e um

O projeto surgiu a partir de outras ações desenvolvidas pelo CTA na Reserva de Porto Dias nas áreas de educação e saúde. A realização de um trabalho mais próximo da floresta veio a partir de uma iniciativa de resgatar o potencial e os valores medicinais que a floresta tinha para os seringueiros. No bojo dessas discussões é lançada pelo CTA a idéia de trabalhar com um projeto de manejo madeireiro, com perspectiva de uso múltiplo. Atualmente, o projeto recebe apoio financeiro do Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável da Amazônia - ProManejo / PPG7, através do Componente Iniciativas Promissoras.

Projeto do Rio Cautário - Estado de Rondônia

Localizado na Reserva Extrativista do Rio Cautário, na Rodovia RO 429 a 63 Km de Costa Marques. É executado através da parceria entre ECOPORÉ (Ação Ecológica Guaporé), como responsável técnico e OSR (Organização dos Seringueiros de Rondônia) e, AGUAPÉ (Associação dos Seringueiros do Vale do Guaporé), como organizações de seringueiros.

Assim como o projeto de Porto Dias, o projeto surge com o objetivo de gerar novas alternativas econômicas frente à problemática decorrente da crescente perda de poder aquisitivo da borracha, principal produto comercializado pelas populações extrativistas de Rondônia.

O projeto beneficia diretamente doze famílias, mas por se tratar de manejo em reserva extrativista, a área manejada é coletiva e parte da renda gerada com as atividades de manejo é distribuída, também, para o restante dos moradores da reserva. Assim como os demais, o projeto conta com apoio do ProManejo para desenvolver atividades de assessoria técnica e investimentos. O plano de manejo prevê ciclo de corte para trinta anos, explorando 132 ha/ano, com uma intensidade de exploração de 7,5 m³/ha.

A participação dos grupos locais envolvidos nos projetos

Os projetos de manejo florestal comunitário para aproveitamento econômico de madeira e produtos não-madeireiros têm acontecido na Amazônia através de parcerias entre ONG's e grupos locais. Dessa forma, o processo de implementação das ações de manejo traz questões de poder entre os envolvidos e necessita de negociação do papel de cada ator na condução das atividades. Um aspecto importante nessa discussão

- e que sempre vem à tona na implementação dos projetos - é a participação dos grupos locais. Nesta seção, estas questões serão caracterizadas, procurando estabelecer as relações de poder existentes na execução dos projetos.

No projeto implementado em Marabá, os colonos envolvidos com as atividades do projeto participam executando as atividades de manejo e beneficiamento. Para isso, montaram, na comunidade, equipes de trabalho por etapa da implementação do projeto de manejo: equipe de derruba, arraste, e processamento da madeira. Os membros das equipes de derruba e arraste participam dos treinamentos oferecidos pelo projeto em técnicas de manejo e, atualmente, também assumem a responsabilidade sobre inventários nas áreas de mata destinadas ao projeto na comunidade.

Os critérios de escolha das pessoas a comporem as equipes foram discutidos entre os colonos e se deu, basicamente, por afinidade com as atividades: pessoas com maior conhecimento para identificação das espécies, habilidades em derrubada, em dirigir trator, etc.

Os colonos participam através de representação em um comitê gestor (composto por representantes das comunidades, dos sindicatos envolvidos e da equipe técnica do projeto) e também discutem regras de funcionamento do projeto em reuniões internas. Estas reuniões servem, também, para discutir políticas públicas relacionadas ao manejo florestal e gerenciamento das atividades do projeto, principalmente através dos assuntos discutidos no comitê.

Quanto às responsabilidades locais assumidas em torno das ações do projeto, elas se concentram nas atividades operacionais do manejo e beneficiamento. Além do representante do comitê, existe, no grupo envolvido com o plano de manejo, uma pessoa responsável por cada equipe montada para as atividades e também uma pessoa que assumiu responsabilidade pelos equipamentos do projeto.

No projeto implementado no Acre, os seringueiros participam executando somente as atividades de inventário, extração e arraste. Realizam reuniões internas periódicas (uma vez por mês), que servem para discutir a execução das atividades de manejo, modelos de beneficiamento, regras de funcionamento, políticas públicas, gerenciamento das atividades do projeto e comercialização de madeira. Além disso, participam de reuniões externas para discutir aspectos de comercialização de madeira.

As responsabilidades assumidas pelos seringueiros em torno das ações do projeto se restringem às atividades de extração e definição de regras, principalmente para inclusão e exclusão de participantes.

No projeto implementado em Rondônia, a execução das atividades operacionais do projeto de manejo se restringe somente à serraria. Além disso, desempenham papel de coordenação local, das atividades de manejo e serraria executam gerenciamento das atividades.

Realizam reuniões internas que servem tão somente para definir regras de funcionamento para as atividades na serraria e, a partir das opções de mercado, na definição da comercialização da madeira produzida. Participam, também, de reuniões fora da reserva para discutir políticas públicas relacionadas ao manejo florestal comunitário e sobre comercialização.

As responsabilidades internas assumidas pelos seringueiros se dão através da coordenação local das atividades de manejo e beneficiamento, bem como na discussão sobre políticas públicas. Neste caso, as responsabilidades são assumidas tanto junto aos seringueiros na reserva, como no repasse das informações para a equipe técnica. A síntese da participação dos grupos locais nas diferentes etapas de implementação dos projetos de manejo encontra-se no Quadro 1.

Quadro 1 Participação dos grupos locais nas diferentes etapas de implementação de projetos de manejo florestal.

Principais Atividades/Projetos	Inventário florestal	Arraste Extração	Beneficiamento	Definição técnicas	Discutindo Regras	Discutindo políticas públicas	Gerenciamento	Comercialização
Projeto do Pará								
Executando atividades	X	X	X	-	-	-	-	-
Reuniões internas	-	-	-	-	X	X	X	-
Reuniões externas	-	-	-	-	-	X	X	-
Assumindo responsabilidades locais	X	X	X	-	-	-	-	-
Projeto do Acre								
Executando atividades	X	X	-	-	-	-	-	-
Reuniões internas	X	X	X	-	X	X	X	X
Reuniões externas	-	-	-	-	-	-	-	X
Assumindo responsabilidades locais	-	X	-	-	X	-	-	-
Projeto de Rondônia								
Executando atividades	-	-	X	-	X	-	X	-
Reuniões internas	-	-	-	-	X	-	-	X
Reuniões externas	-	-	-	-	-	X	-	X
Assumindo responsabilidades locais	X	-	X	-	-	X	X	-

Observa-se que, no geral, os grupos locais têm sido mobilizados tão somente para operacionalizar as atividades de manejo. Sua participação nas definições de modelos técnicos, por exemplo, não acontece. Igualmente, as responsabilidades assumidas localmente acontecem para realização destas atividades. Responsabilidades mais estratégicas sobre o projeto, como políticas públicas, gerenciamento e comercialização são centralizadas ainda pelas ONG's. As únicas atividades que têm participado neste sentido são de algumas reuniões fora da comunidade para discutir comercialização. Isso tem acontecido nos projetos do Acre e Rondônia que, pela proximidade geográfica, foi criado um grupo de produtores de madeira, com vistas à implantação de um entreposto de comercialização.

De um modo geral é possível concluir que, embora a participação dos grupos locais envolvidos faça parte de todos os artigos e guias em projetos de desenvolvimento, as opções metodológicas de intervenção praticadas pelas ONG's apresentam-se de forma diferenciada na implementação de projetos de manejo florestal comunitário na Amazônia.

Ao lado disso, os grupos locais têm sido mobilizados nos projetos, principalmente, para operacionalização dos planos de manejo, ficando as decisões sobre o projeto de definições dos modelos de procedimentos técnicos a serem adotados ainda centralizados pelos técnicos e ONG's de apoio.

Isso tem acontecido, principalmente, porque as atividades de manejo têm sido implementadas mediante projetos que têm prazos pré-estabelecidos por editais rigorosos.

Este tempo estabelecido pelos editais além de ser diferente do tempo necessário para compatibilizar as expectativas de conservação dos editais, com as de desenvolvimento dos grupos locais tem sido suficiente somente para discutir as bases sociais necessárias à implementação dos projetos.

Os projetos têm-se mostrados bastante ambiciosos, prevendo várias etapas desde a extração, beneficiamento até a comercialização da madeira. Isso tem revelado um sistema bastante complexo de atividades e níveis de decisão. As estruturas estabelecidas pelos projetos para democratizar as tomadas de decisão e permitir o envolvimento dos grupos locais no planejamento das atividades ainda têm-se mostrado ineficiente.

Os mecanismos utilizados para viabilizar a implementação dos projetos, especialmente no que diz respeito ao processo de tomada de decisões, através de reuniões internas, comitês e colegiados apresentam oportunidades distintas de potencializar a participação dos grupos da comunidade nas atividades do projeto. Quanto maior o número de atores envolvidos na estrutura, maior a complexidade do processo dado a quantidade de decisões em níveis diferentes. No projeto implementado em Rondônia, onde o fórum é um colegiado (composto por participantes do projeto, entidades de representação e apoio à organização dos seringueiros, técnicos da ONG que assessoram o projeto, instituição que financia o projeto de manejo), a participação qualitativa dos seringueiros é bastante prejudicada, pois normalmente a pauta é dominada por questões administrativas, deixando tempo reduzido para discussões sobre gestão dos recursos florestais.

Estruturas mais simples podem possibilitar maior envolvimento dos

estabelecidos localmente, como no caso do Acre, ou regionalmente, no caso de Marabá podem ser mais atraentes à participação, pela sua mobilidade e representatividade entre os atores reunidos. Esses métodos também têm sido implementados com sucesso na discussão de pesquisas sobre a utilização de recursos florestais por comunidades (SHANLEY *et al.*, 1996). No caso do comitê, pelo envolvimento de entidades de representação regional dos trabalhadores rurais, além de discutir o dia-a-dia do projeto, tem sido possível também discutir os impactos de políticas públicas sobre a população envolvida.

Finalmente, é possível concluir que as atividades de manejo florestal dos projetos, definida a partir dos técnicos, ainda não estão internalizadas no universo cultural dos grupos locais e isso tem dificultado ainda mais a participação destes na implementação dos projetos. Mas, como que os grupos locais poderiam participar aportando saberes na definição dos modelos de manejo e assim participarem de forma mais efetiva na implementação dos projetos?

Possibilidades de valorização de saberes de grupos locais na definição de modelos técnicos de manejo

As opções técnicas para definição de modelos de manejo florestal, são normalmente, baseadas em experiências oriundas de trabalhos acadêmicos. Tais modelos são desenhados em ambiente de incertezas, especialmente pela falta de conhecimento sobre ecologia da floresta, particularmente sobre a floresta tropical. Por outro lado, as pessoas que habitam áreas de florestas na Amazônia possuem saberes que foram acumulados ao longo de sua história no local. Nesta seção, será levantada a percepção dos técnicos sobre os saberes dos grupos locais envolvidos na implementação dos projetos de manejo. Além disso, serão identificados como que as práticas dos grupos locais poderiam se aproveitadas para definição dos modelos técnicos de manejo adotados pelos projetos. Com essas análises, pretende-se mostrar a possibilidade de interação de saberes locais com o saber técnico-científico para definição dos modelos de manejo adotados pelos projetos.

Percepção dos técnicos sobre os saberes dos grupos locais envolvidos nos projetos

Os técnicos (engenheiros florestais, agrônomos, técnicos agrícolas e florestais) envolvidos na implementação de projetos de manejo florestal

outros estados (regiões Sul e Sudeste do Brasil). Aprenderam a trabalhar com manejo florestal através de orientação de outros técnicos, durante estágios de campo e acompanhamento de vistorias feitas pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), através da literatura existente sobre manejo florestal, disponibilizada em livros, artigos e manuais e, principalmente, em cursos promovidos pela FFT⁵. Para todos eles, manejo florestal comunitário é uma novidade e o aprendizado tem acontecido somente junto às instituições que assessoram os grupos locais na implementação dos projetos.

As principais dificuldades apresentadas para trabalhar com o manejo comunitário são de adequação da legislação florestal à escala local; incorporação dos conhecimentos dos grupos locais no modelo técnico de manejo; e falta de informações e parâmetros para adaptação de técnicas de manejo à escala local.

De fato, a legislação florestal é recente, instável e complexa em relação às exigências técnicas. Dessa forma, os técnicos argumentam que os planos de manejo devem ser elaborados fortemente embasados em modelos estatísticos, sendo sua aprovação o catalisador do diálogo com os grupos locais para aproveitamento de suas florestas. Um aspecto importante que é considerado pelos técnicos favorável à implementação dos projetos é o domínio e a compreensão de algumas técnicas de manejo pelos grupos locais.

Os técnicos também acham que os grupos locais envolvidos nos projetos de manejo valorizam a existência de floresta em suas comunidades. No entanto, consideram que ainda não têm total confiança em relação às atividades de manejo florestal. Para eles, isso acontece pela falta de resultados concretos (i.e, renda obtida com o manejo sendo competitiva com outras atividades praticadas pelas famílias) oferecidos pelos projetos às comunidades.

A falta de resultados econômicos em curto prazo tem causado frustrações e entraves no relacionamento com os grupos locais e lideranças. Além disso, a herança de relações paternalistas criadas a partir da implementação anterior de outros projetos de desenvolvimento nas comunidades envolvidas com as atividades de manejo, cria dificuldades para a realização das atividades de manejo, que além de investimento em mão-de-obra, é uma atividade que precisa ser realizada em período de

5. Fundação Floresta Tropical. Institui uma pesquisa e extensão florestal que realiza treinamento

estiagem, etc. Apostam que os aspectos de sazonalidade, organização local em torno das ações de manejo e sua interação com as demais atividades de uso do solo tendem a ser superados, na medida que os ciclos completos – desde extração, até beneficiamento e comercialização – vão se repetindo a cada ano.

Em relação ao conhecimento sobre manejo florestal, os técnicos consideram que os grupos locais conhecem bem suas florestas, através do comportamento de algumas espécies que utilizam a distribuição da rede hidrográfica nas áreas de manejo. Também consideram estes aspectos como ingredientes importantes para efeitos de planejamento da exploração florestal, definição dos modelos técnicos de manejo e de indicadores para monitoramento e avaliação de impacto ao nível local.

Embora reconheçam que as práticas adotadas pelos grupos locais poderiam potencializar os modelos de manejo adotados pelos projetos, esse processo não está acontecendo. Como que essa interação de saberes locais com o conhecimento técnico-científico poderia potencializar os modelos de manejo adotados pelos projetos?

O aproveitamento das práticas dos grupos locais para definição dos modelos de manejo adotados pelos projetos

Os sistemas locais de utilização dos recursos naturais têm provado ser eficazes na manutenção do patrimônio natural em várias regiões da América (CHAPELA & LARA, 1996). No entanto, o aproveitamento destas práticas locais para definir a melhor forma de utilização dos recursos florestais tem sido negligenciado por técnicos e pesquisadores, dada a ênfase nos aspectos financeiros e ecológicos definidos por grupos locais e lideranças ligadas à implementação de projetos de manejo florestal comunitário.

No caso dos projetos estudados, os grupos locais demonstraram conhecer as atividades de manejo estabelecidas pelos técnicos. Isso acontece porque antes da implementação dos projetos, os moradores das comunidades praticavam (e praticam) diversas “outras” formas de manejo. Os usos atribuídos às espécies para diversos fins podem ser uma forma de manejo, totalmente desconhecida e ignorada pelos técnicos que acompanham estas experiências. Essas práticas poderiam ser potencializadas na definição dos modelos técnicos de manejo, pois em alguns casos se assemelham com as técnicas de manejo implementadas pelos projetos.

No geral, os grupos locais consideram o inventário florestal como a atividade mais fácil de ser implementada. O inventário florestal é a ferramenta que promove a informação básica e necessária para ordenar e manejar a floresta, sendo uma das primeiras atividades a serem desenvolvidas em projetos de manejo florestal. Dado este caráter inicial para discussão sobre o potencial florestal existente na comunidade, a valorização dos saberes locais torna-se muito importante para que os grupos locais se apropriem do projeto.

A convivência estreita com os recursos florestais proporciona facilidade para conhecerem as espécies. Entre os seringueiros, essa atividade se assemelha muito em “abrir” seringal. Esse procedimento era praticado para definir áreas com potencial de seringa na época da exploração por seringalistas, conforme depoimento de um seringueiro:

O inventário é igual a abrir seringal. Na época do patrão, era chamado um identificador daqui mesmo da reserva para delimitar um seringal. Nessa atividade, uma pessoa mais velha daqui, que conhece melhor a floresta, entra na mata, identifica as árvores e o potencial da área para ser um seringal. Hoje em dia, isso é feito para definir novas colocações (seringueiro do Rio Cautário, 2001).

Outra importância do reconhecimento dos saberes de grupos locais na atividade de inventário florestal reside no conhecimento sobre a rede hidrográfica das áreas a serem manejadas. Durante a realização do inventário, esse tipo de informação pode ser fundamental para definição de espécies a serem destinadas à exploração, pois em muitos casos pequenos córregos podem estar totalmente secos e encobertos por folhas e galhadas durante período de estiagem. Entre os critérios de sustentabilidade ecológica adotado pelos projetos (e mesmo pela legislação florestal) a retirada de árvores nestas áreas é proibida.

A ausência desse tipo de informação inviabilizou o aproveitamento de várias espécies, em percurso feito no projeto implementado no Acre, durante atividades de campo da pesquisa. A participação mais ativa dos moradores, e proprietários dos recursos naturais, tanto no inventário como no planejamento da exploração, poderia evitar incidente (prejuízos) dessa natureza.

O inventário florestal também qualifica e quantifica a floresta a ser manejada. O envolvimento dos grupos locais nessa atividade pode proporcionar maior valorização da floresta e evitar comercialização de espécies pelos grupos locais, quando abordados por companhias madeireiras.

Em áreas em que a exploração florestal acontece com maior intensidade, como nas em regiões de fronteiras habitadas por colonos (projeto de Marabá/PA), os participantes das atividades de manejo não venderam mais madeira. Embora vários outros aspectos possam estar relacionados com esse comportamento (como, por exemplo, disponibilidade de áreas de capoeiras para plantarem suas culturas de subsistência e a própria escassez de mata), uma justificativa apresentada pelos moradores é uma maior valorização de suas florestas após iniciarem as atividades do projeto.

Outros conhecimentos a partir das práticas locais poderiam, igualmente, estar sendo aproveitados na definição dos modelos técnicos adotados pelos projetos, tais como dispersão e autoecologia das espécies. A interação desses saberes poderia ajudar na caracterização do impacto que as atividades de manejo eventualmente causam sobre as espécies exploradas não só nos lotes ou colocações das famílias diretamente envolvidas, mas para as áreas de floresta de toda comunidade ou para o conjunto da RESEX. A simples participação dos grupos locais na definição das áreas a serem manejadas a partir de mapas de uso e disponibilidade de recursos, produzidos pela própria comunidade, poderia trazer grande contribuição sobre esse aspecto.

O aprimoramento dessas práticas e saberes locais a partir dos diferentes usos, caracterização e valoração das espécies a serem manejadas, bem como a definição das áreas de manejo dentro das comunidades, poderiam se tornar ferramentas importantíssimas para melhor gestão dos recursos naturais no nível local. Este processo constitui-se em um verdadeiro exercício interdisciplinar com o envolvimento tanto de pessoas ligadas às ciências naturais quanto sociais, com a participação efetiva dos grupos locais inseridos nos projetos.

■ Considerações finais

A implementação de projetos de manejo florestal comunitário na Amazônia é recente e está ainda em fase experimental, considerando se processos semelhantes ocorridos em outras regiões da América Latina. No entanto, este processo não tem tirado lições deste e de outros projetos de desenvolvimento rural. Nesse sentido, alguns anos ainda tornam-se necessários para que os projetos de manejo florestal comunitário possam tratar de forma mais democrática a questão da participação dos grupos locais e valorização de saberes locais na definição dos modelos de manejo adotados pelos projetos. Mas, não só isso, é preciso que comunidades, entidades de apoio e governo passem a discutir conjuntamente este processo.

Dado o caráter de pioneirismo destes projetos, os grupos locais ainda estão avaliando os benefícios concretos diretos, principalmente infra-estrutura local, mas também considerando que o projeto pode se tornar uma alternativa para conservação de seus recursos florestais, seja por assegurar faixas de florestas em áreas de reserva legal no caso de colonos, seja por proteger a floresta através de mecanismos legais, no caso de seringueiros.

Sobre a participação dos grupos locais na implementação dos projetos de manejo, constatou-se que estes têm sido mobilizados principalmente para operacionalizar as etapas de manejo. No entanto, estes projetos, também, têm sido um aprendizado para os grupos locais envolvidos, mas não só para eles. As equipes técnicas envolvidas nos projetos também estão passando por um rico aprendizado. O principal deles é justamente considerar a possibilidade de uma exploração florestal praticada por comunidades, coisa que os técnicos ainda não conheciam nem em experiências profissionais anteriores, ou em disciplinas recebidas durante a formação.

Em relação aos grupos locais, nos projetos no Pará e Acre, estão se realizando inventários florestais. Embora seja uma atividade parcialmente dominada por eles, o fato de quantificarem os recursos florestais existentes em suas áreas tem levado a uma maior valorização da mata. No caso do projeto do Pará, colonos ligados ao projeto deixaram de vender madeira ilegal e predatória aos madeireiros. Outro aprendizado tem sido a oportunidade de realizarem uma exploração de

sido aplicados além da exploração de madeira sustentada. Maiores cuidados com proteção da floresta ao abrirem áreas para plantios e possibilitar discussão sobre planejamento do lote como um todo, são alguns exemplos que podem ser citados.

Por outro lado, embora tenham saberes que poderiam estar sendo potencializados não só para instrumentalizar as etapas de manejo, mas também sendo mobilizados para definições dos modelos técnicos dos projetos, essa não tem sido a realidade nos projetos. No projeto em Rondônia, por exemplo, embora os seringueiros tenham longa tradição no uso dos recursos florestais, as atividades de exploração é terceirizada a companhias madeireiras, que podem, inclusive, realizar a exploração de forma predatória, considerando apenas fatores de tempo e produção, esquecendo aspectos de sustentabilidade da floresta e da relação desta com a população local.

Em relação à questão da valorização de saberes locais na definição de modelos técnicos de manejo, está estreitamente ligada à participação dos grupos locais nos projetos.

Os projetos são frutos de uma intervenção externa (embora existam modelos autônomos de utilização dos recursos florestais), escrita por técnicos - a partir de critérios e parâmetros estabelecidos pela academia, testados, normalmente em florestas com outras características - e, normalmente, com prazos para término estabelecido antes mesmo de iniciarem. Além disso, são bastante ambiciosos, prevendo várias etapas, desde a extração, beneficiamento e comercialização da madeira.

Os projetos necessitam de um certo tempo de maturidade para estabilizar suas ações. Embora muitos dos aspectos relacionados à participação não estejam contemplados nas estratégias adotadas para sua implementação, o tempo médio de acordos entre ONG's e comunidades tem sido em torno de três anos. Estes custos de transação normalmente não fazem parte dos editais estabelecidos pelo governo e agências financiadoras.

O governo tem estabelecido alguns programas de fortalecimento do manejo florestal comunitário, principalmente, através do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, em seus componentes Projetos Demonstrativos A e Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia que apoiam financeiramente os projetos estudados. No entanto, ambos têm tido pouco alcance e

Além disso, o governo poderia promover serviços e infra-estrutura básica, bem como assistência técnica e legislação que apóie o manejo florestal comunitário. Para isso, seria necessário convergir todos os programas e recursos existentes, entre eles o Programa Nacional de Florestas e o Fundo Nacional do Meio Ambiente. Uma iniciativa nesse sentido tem sido feita, através da criação do Grupo de Trabalho para o Manejo Florestal Comunitário da Amazônia brasileira, que reúne representantes dos (18) projetos pilotos existentes na região, financiadores e representantes do governo. No entanto, as discussões que vêm sendo conduzidas neste fórum ainda são restritas a técnicos envolvidos na implementação dos projetos..

A participação dos grupos locais e seus representantes nesse processo de articulação poderia influenciar na proposição de políticas públicas que reconhecessem sua diversidade cultural e assegurassem o tempo necessário para consolidação do processo de manejo florestal comunitário, clareando a relação necessária para se estabelecer tempo para o projeto e tempo para as comunidades manejarem seus recursos florestais. Isso poderia levar a políticas públicas que fossem verdadeiramente respeitadas e se tornarem fortes aliados do governo a usos mais sustentáveis dos recursos naturais.

FREIRE, R.; SHAEFR, G.; CRONKLETOM, P.; CUNHA, M. Co-
manejo adaptativo. Relatório do Projeto Agroextrativista de Por-
to Dias, Rio Branco: PESACRE, Universidade da Floresta, 2000, 55p.

AMAZON. O Pará no século XXI oportunidades para o desenvolvi-
mento sustentável. Belém: Pará, Imazon, 1998, 83p.

MUCHAGATA, M. & AMARAL NETO, M. salvando a mata/ Aná-
lise de um projeto de manejo florestal comunitário na região de Mata
M. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DA IUFRO: MANEJO IN-
TEGRADO DE FLORESTA ÚMIDA NEOTROPICAL POR IN-
DÚSTRIA E COMUNIDADE. EMBRAPA-CIFOR-CATIE, Belém,
2000. - 21p. (in press).

MUCHAGATA, M. & AMARAL NETO, M. 'Tem varalho na mata:
perspectivas para o manejo comunitário de florestas em região de fron-
teira'. In: SIMÕES, A., SILVA, L.M.S., MARTINS, P.F. & CASTE-
LLANET, C. (eds.) Agricultura Familiar. Métodos e Experiências de
Pesquisa - Desenvolvimento. Belém: NEAF/CAP/UFPA/ ODEI, 2001,
p. 229-259.

■ Referências Bibliográficas

AMARAL, P. **Evaluacion de las condiciones, procesos y resultados del manejo forestal comunitario en la Amazonia brasileña.** Turrialba; Costa Rica. CATIE, 2001. 101p.

AMARAL,P. e AMARAL NETO, M. **Manejo florestal comunitário na Amazônia Brasileira:** situação atual, desafios e perspectivas. Brasília, IIEB, 2001. 53p

CHAPELA, F. & LARA, Y. La planeación comunitaria del manejo del territorio. **Cuadernos para una silvicultura sostenible.** Serie métodos para la participación. n.2. México, 1996. 45p.

DE CAMINO, R. Algunas consideraciones sobre el manejo forestal comunitario y situación em America Latina. TALLER REGIONAL MANEJO FORESTAL COMUNITARIO Y CERTIFICACIÓN EM AMERICA LATINA. Santa Cruz, enero, 2001. p.22-26.

FREIRE, R.; SHAEFR, G.; CRONKLETOM, P.; CUNHA, M. Co-manejo adaptativo. **Relatório do Projeto Agroextrativista de Porto Dias.** Rio Branco: PESACRE, Universidade da Flórida, 2000, 55p.

IMAZON. **O Pará no século XXI:** oportunidades para o desenvolvimento sustentável. Belém- Pará. Imazon. 1998. 83p.

MUCHAGATA, M. & AMARAL NETO, M. salvando a mata? Análise de um projeto de manejo florestal comunitário na região de Marabá. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DA IUFRO: MANEJO INTEGRADO DE FLORESTA ÚMIDA NEOTROPICAL POR INDÚSTRIA E COMUNIDADE. EMBRAPA-CIFOR-CATIE. Belém, 2000. 21p. (im press).

MUCHAGATA, M. & AMARAL NETO, M. 'Tem barulho na mata: perspectivas para o manejo comunitário de florestas em região de fronteira' In: SIMÕES, A., SILVA, L.M.S., MARTINS, P.F. e CASTELLANET, C. (eds.) **Agricultura Familiar.** Métodos e Experiências de Pesquisa - Desenvolvimento. Belém: NEAF/CAP/UFPa; GRET, 2001.

PORRO, N; SCHMINK, M.AND STONE, S. Conceptualizing and measuring sustainable community forestry in Brazilian Amazonia. University of Florida. Presented at the XTH WORLD CONGRESS AT RURAL SOCIOLOGY, INTERNATIONAL SOCIOLOGICAL ASSOCIATION PRESERARCH COMMITTEE ON ENVIROMENT AND SOCIETY. MINI CONFERENCE/SYMPOSIUM. Brazil. 2000. 15p.

SHANLEY, P.; LUZ, L.; GALVÃO, J.; CYMERYYS, M. **Traduzindo dados de pesquisa para comunidades florestais: a ciência oferece incentivos para a conservação.** 1996. Mimeo.

VERISSIMO, A; SOUZA JR; AMARAL, P.H. **Identificação de áreas com potencial para a criação de floresta nacionais na Amazônica legal.** Brasília, Ministério do meio ambiente 2001. 56p.